

# SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DIREITO À MORADIA SOB A ÓTICA DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE

XXXVII CONGRESSO CIENTÍFICO DOS ACADÊMICOS DE MEDICINA, 37ª edição, de 23/10/2023 a 26/10/2023  
ISBN dos Anais: 978-65-5465-062-5

**PRADO; Yasmin Fernandes Trindade do <sup>1</sup>, OBLADEN; Maria Eduarda <sup>2</sup>, SANTI; Giovanna Catherine Trevisan Ehlke de Ridder <sup>3</sup>, CAVALHEIRO; Gabriel Rodrigo <sup>4</sup>, ANDRADE; Raphaela Lorite Stremel <sup>5</sup>, BRANCO; Beatriz Maria Schroeder <sup>6</sup>, JURGENSEN; Tereza Jurgensen <sup>7</sup>**

## RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Ainda que garantido pela Constituição Federal de 1988, o direito à moradia não é uma realidade para todos. No contexto da população em situação de rua, o acesso limitado à moradia é um dos determinantes sociais de saúde, desencadeando impactos negativos no processo saúde-doença. **OBJETIVOS:** Identificar na literatura os impactos da falta de moradia na saúde pública sob o olhar dos determinantes sociais de saúde. Discutir quais as principais barreiras de acesso à saúde pela população em situação de rua e impasses nas políticas públicas aplicadas neste contexto. **METODOLOGIA:** Revisão sistemática de literatura com base nas plataformas PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os descritores: "População em situação de rua", "Direito à saúde" e "Determinantes sociais de saúde". Os critérios de exclusão foram incluir populações que não estão em situação de rua e artigos que não abordem o direito à moradia, determinantes sociais de saúde ou o processo saúde-doença. Ao total foram utilizados 26 artigos. Também foram consultados dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) através da nota técnica "Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)" e analisados os "Censos Demográficos" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos últimos 10 anos. **RESULTADOS:** A saúde da população em situação de rua é influenciada pelos determinantes sociais de saúde, incluindo fatores como ausência de habitação, discriminação social, desemprego, pobreza e acesso limitado a alimentação, higiene e serviços de saúde. Essas condições impactam no processo saúde-doença, aumentando o risco de mortalidade, suscetibilidade à dependência química e comportamentos de risco para doenças físicas e mentais. Ademais, existem diversas barreiras que dificultam o acesso à saúde, como a dificuldade de transporte, exigência de documentos de identidade, comprovantes de residência, preconceitos e experiências prévias negativas nos sistemas de saúde. Outra barreira é a falta de estatísticas sobre essa parcela da população, a qual não é incluída nas pesquisas do IBGE, refletindo sua invisibilidade social. Além disso, a escassez de políticas públicas voltadas para esse grupo vai na contramão do crescente contingente populacional nas ruas, que superou 281.4 mil pessoas em 2022. Embora haja avanços na formulação de programas eficazes, como o Consultório na Rua, que visa a redução de danos e a participação ativa no processo saúde-doença, os desafios persistem. Muitas vezes os serviços de saúde acabam reproduzindo a lógica do modelo filantrópico higiênico, cujo foco é segregar e esconder. Os elementos que contribuem para esse cenário são a aplicação do utilitarismo na saúde pública, o não estabelecimento de prioridades adequadas e a presunção de que os profissionais compreendem plenamente as necessidades das populações marginalizadas. **CONCLUSÃO:** A falta de moradia impacta negativamente no direito à

<sup>1</sup> Universidade Positivo, Yas.1612@outlook.com

<sup>2</sup> Universidade Positivo, duda.obladen.med@gmail.com

<sup>3</sup> FEMPAR, gisanti21@gmail.com

<sup>4</sup> FEMPAR, gabrielrodrigo353@gmail.com

<sup>5</sup> FEMPAR, raphaelalorite@gmail.com

<sup>6</sup> PUCPR, beatriz.schroeder@pucpr.edu.br

<sup>7</sup> Orientador, emaildatere@gmail.com

saúde, trazendo barreiras burocráticas, sociais e financeiras, que atravessam a efetividade desse direito. As ações existentes para a população em situação de rua não são suficientes na diminuição de desigualdades, compreensão e atendimento de suas necessidades. Dessa forma, a participação ativa dessas populações é fundamental no desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes.

**PALAVRAS-CHAVE:** População em situação de rua, Determinantes sociais de saúde, Direito à Saúde

<sup>1</sup> Universidade Positivo, Yas.1612@outlook.com  
<sup>2</sup> Universidade Positivo, duda.obladen.med@gmail.com  
<sup>3</sup> FEMPAR, gisanti21@gmail.com  
<sup>4</sup> FEMPAR, gabrielrodrigo353@gmail.com  
<sup>5</sup> FEMPAR, raphaelalorite@gmail.com  
<sup>6</sup> PUCPR, beatriz.schroeder@pucpr.edu.br  
<sup>7</sup> Orientador, emaildatere@gmail.com